

CONGREGAÇÃO

ATA

**88ª Sessão Ordinária
de 10.05.2019**

FDRP



1 ATA DA 88ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DE
2 RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Aos dez dias do mês de maio de dois
3 mil e dezenove, às quatorze horas, na Sala da Congregação da Faculdade de Direito de
4 Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, em terceira convocação, reúne-se a
5 Congregação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - FDRP, sob a Presidência da Profa.
6 Dra. Monica Herman Salem Caggiano, Diretora da Unidade, com a presença da Vice-Diretora
7 Profa. Dra. Maísa de Souza Ribeiro, e dos Senhores Membros, Professores Alessandro
8 Hirata, Caio Gracco Pinheiro Dias, Cíntia Rosa Pereira de Lima, Cláudio do Prado Amaral,
9 Cristina Godoy Bernardo de Oliveira, Eliana Franco Neme, Guilherme Adolfo dos Santos
10 Mendes, Gustavo Assed Ferreira, Ignácio Maria Poveda Velasco, Márcio Henrique Pereira
11 Ponzilacqua, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Rubens Beçak, Thiago Marrara de Matos e
12 Umberto Celli Junior, Representante Discente de Graduação Lucas Vieira Carvalho e
13 Representante dos Servidores Técnicos e Administrativos Felipe Augusto Barroso Maia
14 Costa. Presente também a Assistente Técnica Acadêmica Márcia Aparecida Cruz de Oliveira
15 Bianco para secretariar a reunião. Justificaram ausência antecipadamente os Professores
16 Camilo Zufelato, Jair Aparecido Cardoso, Nelson Mannrich, Nuno Manuel Morgadinho dos
17 Santos Coelho e Silvana Martins Mishima. Havendo número legal, a Sra. Diretora agradece a
18 presença de todos e declara abertos os trabalhos da 88ª Sessão Ordinária da Congregação
19 da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. I. EXPEDIENTE. 1.
20 Discussão e votação. 1.1. Ata da 87ª Sessão Ordinária da Congregação, realizada em
21 05/04/2019. Colocada em discussão e votação a Ata da 87ª Sessão Ordinária da
22 Congregação, e não havendo manifestações contrárias, a Ata é aprovada por unanimidade
23 (dezesseis membros). 2. Comunicações da Diretoria. - Senhora Diretora, Profa. Dra. Monica
24 Herman Salem Caggiano. A Sra. Diretora pede desculpas aos membros, está afônica e, para
25 evitar transtornos com os momentos em que não poderá se expressar, passa a direção dos
26 trabalhos dessa sessão à Profa. Dra. Maísa de Souza Ribeiro. Estará presente, mas não
27 poderá falar. A Sra. Vice-Diretora cumprimenta a todos e comunica: A) Representantes e
28 respectivos suplentes da categoria docente de Professor Associado junto à Congregação da
29 FDRP/USP eleitos em 24/04/2019, por meio do sistema eletrônico de votação, nos termos
30 da Portaria Interna FDRP Nº 004/2019, de 22/03/2019, com mandatos para o período de
31 27/04/2019 a 26/04/2021: Prof. Assoc. Alessandro Hirata (titular) e Prof. Assoc. Nuno
32 Manuel Morgadinho dos Santos Coelho (suplente); Prof. Assoc. Camilo Zufelato (titular) e
33 Prof. Assoc. Márcio Henrique Pereira Ponzilacqua (suplente); Profa. Assoc. Cíntia Rosa
34 Pereira de Lima (titular) e Profa. Assoc. Maria Paula Costa Bertran Muñoz (suplente); e Prof.
35 Assoc. Thiago Marrara de Matos (titular) e Prof. Assoc. Paulo Eduardo Alves da Silva
36 (suplente). B) Concurso para Livre Docência, Edital FDRP Nº 24/2018, Departamento de
37 Direito Público, Área de Direito Constitucional, realizado no período de 02 a 07/05/2019.
38 Candidato não habilitado: Prof. Dr. Emerson Ademir Borges de Oliveira. C) Ofício 110/2019
39 da Associação de Pós-Graduandos da Universidade de São Paulo – *Campus* Ribeirão Preto
40 (APG/USP-RP), de 07/05/2019, manifesta extrema preocupação da APG/USP-RP e solicita
41 manifestação oficial da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto/USP quanto ao cenário
42 político-econômico que ameaça o fomento à pesquisa em nosso país. A Sra. Márcia



43 **Aparecida Cruz de Oliveira Bianco** lê o comunicado do Cruesp: “Carta de apoio ao
44 movimento em defesa da ciência brasileira. O Conselho de Reitores das Universidades
45 Estaduais Paulistas (Cruesp) divulgou, no dia 6 de maio, manifesto de apoio às ações
46 organizadas pela comunidade científica, lideradas pela Sociedade Brasileira para o Progresso
47 da Ciência (SBPC), Academia Brasileira de Ciências e outras entidades, em defesa da
48 pesquisa e contra os cortes de recursos para o sistema nacional de CT&I e educação
49 superior. **Carta de apoio ao movimento em defesa da ciência brasileira.** Há muito que a
50 Ciência deixou de ser uma preocupação exclusiva dos cientistas para tornar-se peça
51 estratégica nos assuntos de Estado. Na chamada sociedade do conhecimento, onde a
52 hegemonia política e econômica quase sempre é proporcional ao grau de independência
53 científica e tecnológica, essa relação mostra-se ainda mais aguda. Desde a década de 1950,
54 a comunidade científica brasileira se esforça para consolidar uma política de Estado voltada
55 para Ciência e Tecnologia. Datam desse período, por exemplo, a criação do Conselho
56 Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de
57 Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que se tornaram fundamentais para
58 o país. Atualmente, seria impossível imaginar que o Brasil consiga atender às principais
59 demandas nacionais, com crescimento social e econômico, sem a atuação de instituições
60 voltadas para a pesquisa científica. As universidades públicas estaduais paulistas (USP,
61 Unicamp e Unesp) respondem por mais de 35% da produção científica nacional e são
62 responsáveis por 35% dos programas de pós-graduação de excelência no país. Elas ocupam
63 lugar de destaque entre as universidades brasileiras no que diz respeito a inovações, bem
64 como nos rankings internacionais de ensino superior. Considerando o grande destaque
65 nacional no cenário científico e tecnológico, foi com grande surpresa e preocupação que
66 estas instituições receberam a notícia sobre o corte de 42% nas despesas e investimentos
67 do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), anunciado em fins
68 de março pelo governo federal, bem como cortes no financiamento de universidades
69 federais anunciados pelo Ministério da Educação (MEC). Surpresa, porque o atual governo
70 chegou à Presidência da República acenando com a elevação nos investimentos em CT&I,
71 passando dos atuais 1,5% do PIB para 3%, como ocorre na União Europeia. E preocupação,
72 porque uma medida dessa natureza implicará consequências danosas não apenas para o
73 sistema nacional de CT&I, mas para a sociedade como um todo. Setores estratégicos, como
74 saúde, energia e agricultura, por exemplo, certamente serão gravemente afetados se essas
75 restrições orçamentárias não forem corrigidas. Agências públicas federais de fomento que
76 integram o sistema nacional de CT&I são fundamentais para o funcionamento das
77 universidades, que dependem desses recursos para financiar suas linhas de pesquisa. É
78 importante lembrar que 95% da produção científica brasileira é feita em universidades
79 públicas, federais ou estaduais, e por institutos de pesquisa, como Empresa Brasileira de
80 Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Interromper o fluxo
81 de recursos para essas instituições, assim como para as universidades, constitui um
82 equívoco estratégico que impedirá o país de enfrentar muitos de seus desafios sociais. As
83 universidades estaduais paulistas, por meio do Conselho de Reitores das Universidades
84 Estaduais Paulistas (Cruesp), manifestam seu integral apoio às ações organizadas pela



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DE RIBEIRÃO PRETO
Assistência Técnica Acadêmica

85 comunidade científica nacional, lideradas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da
86 Ciência (SBPC), Academia Brasileira de Ciências e outras entidades, em defesa da pesquisa e
87 contra os cortes de recursos para o sistema nacional de CT&I e educação superior, na
88 expectativa de que a inegável contrapartida dada pelas instituições científicas brasileiras aos
89 impostos pagos pelo contribuinte seja reconhecida e respeitada. Campinas, 4 de maio de
90 2019. **Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp).**”
91 ([https://jornal.usp.br/institucional/carta-de-apoio-ao-movimento-em-defesa-da-ciencia-](https://jornal.usp.br/institucional/carta-de-apoio-ao-movimento-em-defesa-da-ciencia-brasileira/)
92 [brasileira/](https://jornal.usp.br/institucional/carta-de-apoio-ao-movimento-em-defesa-da-ciencia-brasileira/)) D) Portaria GR nº 7384, de 07 de maio de 2019, que dispõe sobre a eleição
93 para escolha de 2 membros docentes para compor a Câmara de Avaliação Institucional (CAI)
94 e de 3 membros docentes para a Câmara de Atividades Docentes (CAD), as inscrições para
95 cada área de conhecimento estarão abertas até o dia 22/05/2019, por meio do email
96 sgco@usp.br. Eventos realizados: E) 12/04/2019 - I Encontro de Ex-Alunos da FDRP, no
97 Auditório da FDRP, das 9 às 17h, reuniu egressos dos cursos de Graduação e Pós-Graduação
98 da Faculdade. Mesa de Abertura: Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano (Diretora-
99 FDRP), Profa. Dra. Maísa de Souza Ribeiro (Vice-Diretora - FDRP), Prof. Dr. Fernando
100 Josepetti Fonseca (Vice-Coordenador do Alumni USP), Prof. Dr. Ignácio Maria Poveda
101 Velasco (Superintendente de Relações Institucionais da USP, representando o M. Reitor
102 Prof. Dr. Vahan Agopyan) e Prof. Dr. Umberto Celli Junior (DDP-FDRP). Mesa de Convidados:
103 Dr. Ricardo Luiz de Toledo Santos Filho (Vice-Presidente da OAB/SP) e Dr. Luiz Vicente
104 Ribeiro Correa (Presidente da OAB – 12ª Subseção de Ribeirão Preto). Organização: Profa.
105 Dra. Maísa de Souza Ribeiro. F) 25 e 26/04/2019 – Seminário Internacional sobre “Segurança
106 e Medicina do Trabalho: trabalho seguro em tempos de insegurança”, voltado para
107 Graduação e Pós-Graduação, profissionais da área e comunidade em geral, no Auditório da
108 FDRP, a partir das 19h. Organização: Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso. G) 26/04/2019 - II
109 Simpósio Internacional de Direito Contratual USP e UNICAM, trouxe convidados especialistas
110 na área, atuando em diversas instituições, na Sala da Congregação, das 9 às 13h.
111 Organização: realizado nos termos da Rede formada pela Faculdade de Direito de Ribeirão
112 Preto/USP, Università di Camerino e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Próximos
113 eventos: H) 08 e 09/08/2019 - Congresso Brasileiro de Direito Político, voltado para agentes
114 políticos, estudantes de Direito, advogados, servidores públicos em geral e acadêmicos.
115 Organização: Prof. Dr. Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho. Mais informações em
116 breve. **3. Palavra aos Senhores Presidentes de Comissões. Comissão de Graduação.** O Prof.
117 Dr. **Márcio Henrique Pereira Ponzilacqua** comunica: A) SISU FUVEST foram mantidos,
118 basicamente, os critérios adotados pela Comissão de Graduação no ano passado para as
119 respectivas cotas, mas adequando à circular da Pró-Reitoria de Graduação. Assim ficarão
120 distribuídas: Modalidade L1) Escolas públicas, exclusivamente do SISU, treze vagas;
121 Modalidade L2) Escolas públicas e PPI (pretos, pardos e indígenas), exclusivamente também
122 para o sistema SISU, dezessete vagas; Modalidade FUVEST) quinze vagas para escolas
123 públicas. Todas para escolas públicas, mas algumas possuem especificidades. Chegou-se
124 para esse ano ao patamar de quarenta e cinco vagas. Até dois mil e vinte precisarão atingir
125 cinquenta por cento exigidos. B) Prova de pré-seleção, realizada pela FUVEST, de
126 transferência externa, será no dia 19/05/2019, com seis vagas disponíveis. C) Edital PUB



127 (Programa Unificado de Bolsas), a inscrição dos projetos pelos docentes deve acontecer até
128 o dia 27/05/2019, nas modalidades de Ensino de Graduação, Pesquisa e Cultura e Extensão.
129 Proporcionalmente, ano passado, tiveram bastantes inscrições de projetos, sendo que
130 apenas dois ou três não foram aprovados. Parece que foram vinte e sete projetos, mas está
131 anotado em ata, pois ele mesmo passou essa informação na última reunião. Recomendam
132 que os professores continuem enviando os projetos. Os alunos devem continuar se
133 inscrevendo no PAPFE (Programas de Apoio à Permanência e Formação Estudantil), entre
134 os dias 08 e 22/06/2019. É importante alertas aos alunos que consta do edital, fazendo essa
135 ressalva, pois é fundamental depois para a sequência de seleção. A inscrição dos alunos nos
136 projetos que serão homologados acontecerá nos dias 08 a 26/07/2019, portanto, durante as
137 férias. Os alunos precisam ficar atentos para as respectivas inscrições, tanto para o PAPFE
138 quanto para os projetos. D) Houve uma série de eventos que integraram à Graduação,
139 palestras ou ciclo de palestras, promovidos com temas contemporâneos. Houve o Seminário
140 de Direito e Religião que incluiu alunos de Graduação e de Pós-Graduação, que teve uma
141 aceitação bastante grande e uma repercussão muito boa. Recentemente trouxeram pela
142 Comissão de Graduação a Profa. Dra. Helena Angélica de Mesquita, que ficou três dias, com
143 palestras de conteúdo e impactantes. O resultado da parte dos alunos, com temas que
144 aparentemente são desatualizados, mas que são bastante atuais, os vinte e cinco anos do
145 massacre de Corumbiara em Roraima e sobre os atingidos por barragens. Foi percebido dos
146 alunos de Graduação e de Pós-Graduação um sentimento bastante forte com os conteúdos
147 apresentados. O modo de exposição da Profa. Helena é bem próximo, acertado à linguagem
148 cotidiana. Comissão de Pós-Graduação. O Prof. Dr. Rubens Beçak comunica: A) O processo
149 seletivo, como dito na última reunião, está em pleno andamento. Tiveram a publicação do
150 edital. As provas, aprovadas aqui, pela VUNESP. Tiveram, até agora, duzentos e noventa e
151 três inscritos. Esse número ainda deve crescer, porque as inscrições vão até às vinte e três
152 horas e cinquenta e nove minutos de hoje. Ficarão dentro da média histórica que é de
153 trezentos ou trezentos e dez. Em 2017 receberam trezentos e cinquenta e oito, foi o pico. O
154 exame de proficiência será realizado em dois dias: dia 08, alemão e dia 09, inglês, francês,
155 espanhol e italiano. A prova substancial, a prova em si, será no domingo, dia 16. As bancas,
156 peculiar do processo, serão dias 11 e 12/07/2019. Este ano a novidade que as bancas não
157 serão feitas separadamente com os docentes, que se escolhiam dias, mas sim por projetos.
158 Cada um dos projetos do Programa de Pós-Graduação, os professores que pertencem
159 aquele projeto realizarão a banca em determinado período. Dia 11 de manhã um projeto,
160 dia 11 a tarde outro, e assim por diante. O resultado parcial do processo no dia 17/07/2019
161 e o final no dia 01/08/2019, com previsão de início das aulas no dia 12/08/2019. B) Abriram
162 as inscrições para o estágio PAE, com quarenta vagas em vinte e oito disciplinas, que
163 finalizam no dia 29/05/2019. C) Referente ao corte de verbas, o impacto para o Programa de
164 Pós-Graduação, é algo preocupante, pois torna o sistema altamente vulnerável. Foi feito um
165 comunicado da Capes, da PRPG, sobre a preocupação do sistema de Pós-Graduação. Podem
166 dizer, ainda não com alívio total, mas com algum alívio, parte das bolsas que não apareciam
167 no sistema Capes começaram a aparecer desde ontem. Não sabem se aparecerá para todas
168 as bolsas previstas, mas já deu certo alento que a situação venha ser regularizada. Comissão



169 de Cultura e Extensão Universitária. O Prof. Dr. Cláudio do Prado Amaral comunica: A) A
170 reunião do Conselho de Cultura e Extensão Universitária que estava inicialmente agendada
171 para 09/05/2019 foi transferida para o dia 30/05/2019, será realizada aqui em Ribeirão
172 Preto. Às 9 horas será feita a abertura da Feira de Profissões e às 11 horas haverá a reunião
173 do Conselho no Centro de Convenções do Ribeirão Shopping. B) Pedem aos interessados
174 que puderem colaborar com relação à Universidade Aberta à Terceira Idade. A convite da
175 Pró-Reitora, Profa. Dra. Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, todos os
176 professores devem ter recebido um e-mail com a ficha que poderá ser preenchida com
177 relação aos termos de sua colaboração com a Universidade Aberta à Terceira Idade, até o
178 dia 06/06/2019. **Comissão de Relações Internacionais.** O Prof. Dr. Alessandro Hirata
179 comunica: A) Edital AUCANI foi publicado para concessão de bolsas para aqueles que já têm
180 vagas de intercâmbio para o próximo ano. A Faculdade receberá duas bolsas, uma para cada
181 semestre. É um número pequeno, mas é em relação ao número de alunos da Faculdade. Em
182 breve terão a publicação do edital interno para a seleção dos alunos. **4. Palavra aos**
183 **Senhores Membros.** O Prof. Dr. **Guilherme Adolfo dos Santos Mendes** diz que, há mais ou
184 menos um mês e meio atrás, começou uma iniciativa de produzir cursos de curta duração
185 em EaD. Foi o segundo a montar especialização presencial na Faculdade. A primeira
186 especialização foi montada pelo Prof. Dr. Camilo Zufelato e Prof. Dr. Fernando da Fonseca
187 Gajardoni, com muito sucesso. Logo a seguir, tiveram essa iniciativa. Troca muitas
188 experiências com vários colegas e muitos, até de outras instituições, o incentivaram a isso,
189 levando em consideração a competência e o sucesso que esses cursos estão ocorrendo aqui
190 na Unidade, com a devida cautela. Considerando isso, nesse ínterim, já conversou com
191 vários colegas, sobretudo aqueles que são intervenientes nesse processo, Prof. Dr. Gustavo
192 Ferreira Assed, Chefe do Departamento de Direito Público e Presidente da FADEP, Prof. Dr.
193 Cláudio do Prado Amaral, Presidente da Comissão de Cultura e Extensão, entre outros.
194 Levando isso em consideração e que os cursos de especialização começaram em outro
195 processo. Começou, depois chegaram aqui e começaram a discutir política etc. desses
196 cursos. Houve problemas, tiveram que tomar ações corretivas. Pensando nessa questão, é
197 sua proposta, mas sentiu o interesse de vários colegas, resolveu, como membro da
198 Congregação, trazer essa questão ao Colegiado para que eventualmente, se for do
199 entendimento da Sra. Diretora e demais membros, que discutam essas políticas antes de
200 chegarem casos concretos. Era esse ponto que gostaria de levantar. O Prof. Dr. **Umberto**
201 **Celli Junior** diz que escutou atentamente as palavras do Prof. Dr. Guilherme e achou
202 interessante, porque tiveram durante a sua gestão muitas discussões sobre os cursos de
203 especialização. Essa é uma modalidade que tem sido desenvolvida no âmbito da
204 Universidade de São Paulo e acha importante que tenham uma política na Faculdade. A
205 maioria dos cursos de especialização está indo bem. Acha importante discutirem isso. É
206 importante para a Faculdade. O Prof. Dr. **Cláudio do Prado Amaral** diz que, assim que
207 assumiu a presidência da Comissão de Cultura e Extensão, deparou-se com alguns
208 procedimentos em andamento, foram detectados problemas nos cursos de especialização.
209 Esses problemas demandaram esforço, energias, felizmente foram todos sanados, tudo em
210 ordem. Exatamente para evitar os problemas que poderiam ter sido evitados, apoia muito a



211 ideia. Acha que é fantástico trabalhar com EaD, a partir de uma Unidade como esta,
212 referência muito importante. Propõe iniciarem com cursos menores. Não comecem
213 diretamente com especialização. Propõe comecem com cursos de extensão, com carga
214 horária menor, como laboratório inicialmente. Um ensaio de como poderia ser um curso de
215 especialização futuro. Eventualmente, formarem uma comissão para discutirem os termos,
216 principalmente de qualidade. É fundamental garantir a qualidade do curso, discutirem
217 algumas diretrizes de método desse curso de EaD, porque precisarão atribuir cargas
218 horárias para determinados conteúdos. Esse é um princípio do EaD, que sejam atribuídas
219 cargas horárias para determinados conteúdos. Que haja certa ponderação na atribuição de
220 cargas horárias, qualidade e transmissão desses conteúdos. O processo comunicativo do
221 que foi elaborado com relação ao conteúdo até chegar ao seu destinatário. Esse destinatário
222 absorver o conteúdo e retornar para avaliação. Esse processo comunicativo também
223 demanda atenção, que é a avaliação da qualidade. Acha que é importante e apoia a ideia,
224 mas gostaria de fazer essa sugestão com relação a formar um grupo de interessados que
225 possa elaborar as diretrizes iniciais para esse novo caminho. A **Profa. Dra. Cristina Godoy**
226 **Bernardo de Oliveira** acredita que não conseguirão ter essa discussão nessa Unidade
227 enquanto o Programa de Mestrado for nota 3 (três). Estão tendo diversas alterações
228 constantes no Mec, Capes etc. O Mec acabou de ter uma normativa que especializações em
229 EaD só podem ocorrer em faculdades que têm Programa de Mestrado strictu sensu com
230 nota 4 (quatro) ou superior. Como ainda são nota 3 (três), por ora só poderão realizar o
231 curso de difusão ou aperfeiçoamento ou atualização, menores. A **Sra. Vice-Diretora** diz que
232 farão o registro das propostas e observações que foram colocadas aqui e na próxima sessão
233 decidem pelo encaminhamento adequado. O **Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes**
234 diz que o **Prof. Cláudio** fez uma sugestão de montarem uma comissão para discutir o tema,
235 pensa que no âmbito da Congregação. A **Sra. Diretora** diz que gostaria de deixar isso para a
236 próxima reunião da Congregação. Por enquanto, está registrando os problemas que estão
237 sendo apontados. Gostaria de deixar isso mais claro, quando houver clareza também por
238 parte das manifestações do Ministério da Educação e a Capes. Acha que as regras não estão
239 claras. Não tem porque trabalharem em cima de regras que não estão claras. Isso pode
240 mudar a qualquer momento. O que propôs à **Profa. Máisa** foi registrar e na próxima, diante
241 do esclarecimento da situação como um todo, irão se manifestar. Eventualmente será formada
242 uma comissão para se manifestar sobre os cursos. Não entendeu, diante das manifestações
243 que ouviu aqui, se iriam estudar uma política pública acadêmica para cursos de
244 especialização, difusão, aperfeiçoamento, cursos de extensão. Precisaria identificar quais
245 são os cursos problemáticos. O **Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes** diz que os
246 cursos presenciais, salvo engano de sua parte, têm ocorrido normalmente. Os cursos pagos,
247 inclusive. Os cursos de especialização que são mais amplos e complexos. A questão é a
248 iniciativa em EaD, que envolve o mundo, pode-se dizer assim. A proposta do **Prof. Cláudio**,
249 pelo que entendeu, que discutam em todos os sentidos, em todas as extensões dos cursos,
250 desde os mais curtos, de atualização que é até quatro horas, até os de especialização. Se o
251 Mec não autorizar por enquanto, paciência. A proposta é que discutam uma política de
252 cursos em EaD, sejam eles quais forem. Questiona o **Prof. Cláudio** se seria isso. O **Prof. Dr.**



253 **Cláudio do Prado Amaral** diz que não possuem ainda expertise aqui na Faculdade com
254 relação a essa forma de transmissão de conhecimento com certificação. Ou seja, quem
255 terminar o curso vai receber um certificado USP de que terminou o curso, seja de carga
256 horária de quatro horas ou com título de pós, a especialização. Sua sugestão é formar uma
257 comissão para discutir todos os aspectos dos cursos em EaD. Começar estudar EaD e como
258 estruturar o processo de ensino e aprendizagem. O processo de ensino e aprendizagem na
259 forma de EaD. Começar do zero com uma turma que se reúna com certa periodicidade.
260 Começar com um curso de baixa carga horária, para saber como fazer isso e assegurar a
261 qualidade, boa avaliação, boa transmissão do conteúdo, bom retorno do que foi
262 transmitido. Seria essa a sugestão. A Sra. Diretora diz que deixaria isso, fazendo os
263 apontamentos, o registro na ata da solicitação. Acha que mais do que uma solicitação, é
264 uma preocupação. Não possuem experiência, nem prática e nem técnicos, acredita que para
265 EaD falta muito ainda. O Prof. Dr. **Cláudio do Prado Amaral** diz que já começou a ver,
266 trabalhou bastante com isso. Muita gente faz ideia de que o ensino em EaD, o aluno fica
267 assistindo uma aula na tela, ou seja, como se ele estivesse sentado em sala de aula, só que
268 está na casa dele. Não é isso e nem é o formato desejado de EaD. O objetivo da EaD é que
269 esse aluno possa estudar nos horários que tem disponíveis. Se o aluno tem disponibilidade
270 de quarta-feira à tarde, das 17h às 19h30 para estudar, fará isso nesse horário. Os
271 conteúdos são transmitidos através de textos, atividades, documentários para assistirem,
272 visitas técnicas para realizarem, provas, textos e trabalhos para enviar à unidade de ensino
273 dos respectivos professores e algumas aulas vídeo. O importante é o aluno cumprir as
274 atividades de conteúdo às quais serão atribuídas horas aulas e ao final do qual será realizada
275 uma avaliação. A ideia de que possuem de dependência de tecnologia não é ampla como
276 imaginam. Precisam de tecnologia para transmissão das tarefas, textos e algumas aulas. A
277 Sra. Diretora diz que mesmo assim precisam de tecnologia, pedindo desculpas pela
278 interrupção. O Prof. Dr. **Cláudio do Prado Amaral** concorda que precisam de tecnologia,
279 entretanto não chega perto do que imaginam em termos de recursos e de estrutura,
280 *hardware* de material. É bem menos do que imaginam. Diz, porque já trabalhou bastante
281 com isso. Em sua carreira docente já desenvolveu material de EaD para grandes setores, por
282 exemplo, do Ministério da Justiça. Já desenvolveu ensino a distância para grandes setores
283 do Ministério da Saúde. As aulas mesmo era o mínimo. O que faziam eram outras atividades.
284 A Sra. Diretora diz que fica o registro. Questiona se a proposta é ou não extensível aos
285 cursos presenciais, pois não sabe. O Prof. Dr. **Rubens Beçak** diz que acha que a proposta
286 feita é válida. Não sabia que o Prof. Guilherme e o Prof. Cláudio tinham essa opinião a
287 discutir, mas endossa. Tudo que é bom discutir gosta de debater, faz parte da função como
288 formadores de opinião. Surpreende-se como a USP entra sempre muito atrasada nos
289 sistemas. Lembra-se, nas reuniões do Conselho Universitário, quando o sistema de cotas já
290 estava mais do que gasto, a USP começou a discutir. Endossa a última fala do Prof. Cláudio.
291 O sistema federal usa o EaD há anos, décadas diria, com uma excelência de resultados
292 tremenda. Tem experiência nisso, trabalhou muito. Acha importante fazerem o debate.
293 Surpreende-se como estão cada vez mais entrando a reboque, não são mais, infelizmente,
294 aqueles que alavancam a formação de opinião. A USP precisa rever isso. Deveriam entrar



295 nesse debate há dez anos e não agora que existe um interesse específico em jogo. Mesmo
296 assim, acha que todo debate é importante. De sua parte, gosta da proposta. A Sra. Vice-
297 Diretora diz que, dando encaminhamento conforme as diretrizes da Profa. Monica, farão os
298 registros. Questiona se posteriormente podem fazer a divulgação para identificarem
299 interessados em comporem a comissão, se for o caso, para discutir. A Sra. Diretora diz que
300 registrarão apenas. A questão foi suscitada. Depois, na próxima reunião, discutirão mais. O
301 Prof. Ignácio é seu mestre. Chamou o Prof. Ignácio para perguntar se isso não estaria mais
302 ou menos nas competências da Univesp. Tudo isso precisa ser analisado antes de qualquer
303 proposta de política pública acadêmica. O Prof. Dr. Ignácio Maria Poveda Velasco diz que a
304 Sra. Diretora mencionou a Univesp, mas são âmbitos diferentes. Possuem uma tecnologia
305 que demanda uma plataforma para fazer cursos não presenciais, é a tal da educação a
306 distância. Dentro desse conceito amplo, o Estado de São Paulo, faz já algum tempo, resolveu
307 criar uma universidade virtual que é a Univesp. Inclusive, pela FAPESP, faz parte do Conselho
308 Curador da Univesp. A Univesp, para todos os efeitos, é uma universidade formal. Tem
309 cursos de Graduação feitos por EaD. Esses cursos têm que ter aprovação no Conselho
310 Estadual de Educação. Nesse sentido, a Univesp tem um âmbito próprio. Fez uma reunião
311 com o Presidente da Univesp para se inteirar um pouco. A tecnologia EaD pode ser usada
312 para todos os âmbitos do conhecimento. Um curso de graduação utilizando EaD pode ser
313 feito, tem a regulamentação. Assim como pode ter um curso de especialização utilizando
314 EaD. O princípio norteador é o mesmo, ensino a distância. O não presencial, não é cem por
315 cento não presencial, porque qualquer curso de EaD tem os polos. Pro exemplo, têm
316 trezentos e vinte polos no Estado de São Paulo. A questão que está sendo colocada é a
317 conveniência ou não de que a Faculdade passe a oferecer cursos de especialização e nas suas
318 diferentes modalidades usando a tecnologia EaD. Até onde sabe, os cursos de EaD
319 demandam um *background* de informática muito grande. Essa é uma questão que precisa
320 ser analisada. Se tivessem aqui cursos de EaD, qual seria a infraestrutura de plataforma etc.
321 para oferecer. Não vai dizer que isso é o futuro, já é uma realidade como outra. Ainda
322 considera que uma boa aula presencial, dependendo da área do conhecimento etc. é
323 insubstituível. A Profa. Dra. Cristina Godoy Bernardo de Oliveira diz que gostaria de falar
324 sobre o encaminhamento da proposta. É competência da Congregação especialização,
325 inclusive, aprovação. Porém, os curso de difusão, aperfeiçoamento e atualização são de
326 competência da CCEX, tanto que o trâmite é Departamento, Comissão de Cultura e Extensão
327 e Diretoria. Podem até dividir, porque especialização nem adianta ser discutida. Então,
328 poderia ser discutida no próprio âmbito da CCEX, se estiver de acordo o Prof. Cláudio.
329 Talvez, um grupo de trabalho em relação a esse assunto. O Prof. Dr. Cláudio do Prado
330 Amaral diz que gostaria de endossar o que o Prof. Poveda falou. O ensino em EaD é uma
331 realidade, não é o futuro. Essa competência, especificamente nos cursos de extensão, com
332 menor carga horária, cabe à Comissão a qual preside. Assim quem ingressar o primeiro
333 pedido de curso, terá que avaliar isso. Não gostaria de fazer isso sozinho. Não se sentiria à
334 vontade, confortável, ter que avaliar o curso inicialmente proposto. Pode haver propostas
335 muito interessantes, muito boas para o desenvolvimento do Estado e da sociedade, daí sua
336 especial preocupação. Por isso veio a proposta de formarem uma comissão daqueles que



337 estão interessados ou querem contribuir com o tema, para começarem a desenvolver a
338 expertise, a identidade da Unidade nesse tema. Acredita que é uma questão de tempo, se é
339 que já não entrou, até entrarem os pedidos. Para que possam assegurar a esses processos a
340 devida aprovação, que sejam analisados com toda atenção e carinho que devem analisar um
341 pedido desses, especificamente com relação à qualidade do curso, em todas as suas vias
342 comunicativas. Na hora que sai a atividade para o aluno e como ele recebe essa atividade já
343 é um caminho que algo sempre se perde. Na volta de todo processo de ensino e
344 aprendizagem sempre se perde. Nas vias entre emissores e receptores existem sempre
345 perdas comunicativas. Num processo de EaD isso deve ser feito com todo cuidado e carinho,
346 por isso a sua sugestão e sua preocupação, porque “vai bater” em sua Comissão. A Sra.
347 Diretora diz que já registraram, inclusive a última fala do Prof. Cláudio, e será retomado o
348 assunto, uma vez também a Direção gostaria de saber a parte técnica, a tecnologia é muito
349 importante. Também está acostumada, hoje em dia, com cursos EaD, que realmente é uma
350 realidade. Sabe que a tecnologia que comanda isso é muito difícil. A Secretária Adjunta
351 Profa. Nina Ranieri, da Secretaria da Educação de São Paulo, instaurou essa universidade.
352 Sabe que foi muito difícil a instalação, a instauração e a tecnologia demandou muito
353 dinheiro. Está registrado. O Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias faz as comunicações da
354 Comissão de Pesquisa: A) Publicação do edital de Iniciação Científica, o PIBIC. As inscrições
355 estão abertas até o dia 20/05/2019. O próprio orientador faz a inscrição do projeto no
356 sistema Atena. B) Estão abertas as inscrições até o dia 20/05/2019 para o edital de Pré
357 Iniciação Científica. O mesmo sistema do PIBIC. C) Já foi publicada a chamada de trabalhos
358 para o seminário de pesquisa, que a Comissão de Pesquisa está realizando junto com a
359 Comissão Coordenadora de Curso da Pós-Graduação. Definiram a data da primeira semana
360 de outubro, dias 02,03 e 04/10/2019, para realizarem o seminário. A chamada está
361 disponível no site. Solicita aos colegas que divulguem. A chamada é para os alunos de
362 Graduação e de Pós-Graduação que queiram apresentar trabalhos. A novidade nesse
363 modelo é que terão uma oficina de projetos. Vão selecionar até oito projetos de pesquisa
364 de alunos que estão iniciando a Pós-Graduação, seja o Mestrado ou Doutorado, para
365 fazerem uma oficina de metodologia, desenho de projeto, bibliografia, com os especialistas
366 que foram indicados pelos grupos de pesquisa dentro do Pós. Já tem a presença confirmada
367 no seminário do Prof. Diogo Coutinho. Estão em negociação ainda com outros convidados.
368 Assim que tiver a confirmação comunicará a Congregação. D) A Comissão de Pesquisa, antes
369 da sua presidência, já vem instando os professores a fazerem o cadastro na base de dados
370 de indexação de pesquisadores. Os dados que a secretaria da Comissão de Pesquisa lhe
371 passou são: 75% dos docentes da Faculdade tem perfil no *Google Scholar*; 68% no ORCID,
372 identificador mais recente; 30% no *Researcher ID*; 65% no Academia. A Comissão está
373 investigando junto com o Academia quanto que custaria para que os docentes tivessem
374 uma conta institucional do Academia, para divulgarem a produção. O Academia tem
375 algumas ferramentas de *analytics* que são interessantes, saber quem está citando, quem
376 busca pelos professores. Estando tendo uma conversa com a empresa que fornece, para ver
377 quanto que custaria e eventualmente passar a duplicata para a Direção financiar essa
378 medida que é interessante para a divulgação dos trabalhos. Todos os docentes já receberam



379 o e-mail. Aqueles que ainda não tem um desses cadastros e estão com dificuldade de fazê-
380 lo, comunicar o Éder Gonçalves de Pádua. O Prof. Caio ou o Éder ajudarão nesse cadastro,
381 para que possam ter 100% dos docentes em todas essas bases. A Sra. Vice-Diretora solicita a
382 inclusão de pauta suplementar, serão três itens referentes a credenciamento CERT.
383 Questiona se podem incluir, sendo a inclusão autorizada. II. ORDEM DO DIA. REFERENDAR:
384 1. Recredenciamento junto à CERT. 1.1 Processo 2009.1.183.89.0 – Maria Hemília Fonseca.
385 Pedido de recredenciamento junto à Comissão Especial de Regimes de Trabalho - CERT, para
386 exercício de atividades simultâneas nos moldes do artigo 23 da Resolução nº 7271, de
387 23/11/2016, apresentado pela interessada, fls. 91-92. - Aprovação do Conselho do
388 Departamento de Direito Privado e de Processo Civil, em 02/04/2019, fls. 96, com base no
389 parecer do Prof. Dr. Fernando da Fonseca Gajardoni. - Aprovação “ad referendum” da
390 Congregação em 17/04/2019, fls. 99, com base no parecer do Prof. Dr. Gustavo Assed
391 Ferreira, favorável ao pedido da interessada. Colocado em discussão e votação o despacho
392 da Sra. Diretora que aprovou o parecer do relator Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira, favorável
393 à aprovação do pedido de recredenciamento junto à Comissão Especial de Regimes de
394 Trabalho – CERT apresentado pela interessada, e não havendo manifestações contrárias, o
395 despacho é referendado por unanimidade (dezoito membros). APROVAR. 2. Expedição
396 Segunda Via de Diploma. 2.1 Processo 2019.1.310.89.1 – Henrique Nimer Chamas.
397 Requerimento da emissão da segunda via do diploma de Graduação, por motivo de extravio
398 da primeira via, apresentado pelo interessado, fls. 02-07. - Parecer do relator pela
399 Congregação, Prof. Dr. Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez, opinando favoravelmente ao
400 requerimento de segunda via de diploma, em 03/05/2019, fls. 13/14, com sugestão de que
401 a Egrégia Congregação, de imediato, inclua em pauta este assunto e delibere pela indicação
402 de outro órgão colegiado para decidir futuramente sobre o tema, conforme Artigo 3º da
403 Resolução nº 5830, tornando mais ágil o trâmite de novos pedidos. Colocado em discussão e
404 votação o parecer do relator Prof. Dr. Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez, favorável à
405 aprovação do requerimento de segunda via de diploma apresentado pelo interessado, e não
406 havendo manifestações contrárias, o parecer é aprovado por unanimidade (dezoito
407 membros). O Ac. Lucas Vieira Carvalho diz que, salvo engano e pede para se possível a Sra.
408 Márcia Bianco conferir, se recorda que em 2017 tiveram essa questão e a Congregação
409 delegou a competência para o CTA. Pede para conferir, pois se lembra de que foi uma
410 sugestão sua, mas não sabe se chegaram a deliberar ou não. Acredita que tenha sido
411 deliberado e pede a confirmação. O Prof. Dr. Alessandro Hirata diz que se recorda, mas,
412 salvo engano, tinha sido delegado para a CG. Questiona se não foi a Comissão de Graduação
413 que poderia já decidir sobre a expedição de um segundo diploma. A Sra. Vice-Diretora diz
414 que, de qualquer forma, a proposta atual seria de deixar o encaminhamento da Comissão de
415 Graduação para fazer essa decisão. O Prof. Dr. Alessandro Hirata diz que, a seu ver, não faz
416 muito sentido a Congregação decidir todas as vezes que alguém perder um diploma. A Sra.
417 Vice-Diretora questiona se podem inserir como item de pauta essa delegação para a
418 Comissão de Graduação autorizar a emissão de segunda via de diploma. Será deixado como
419 proposta para ser apreciado na próxima reunião, inclusive com um parecer da CG. O Prof.
420 Dr. Rubens Beçak diz que a Secretaria Geral da Universidade de São Paulo há muitos anos



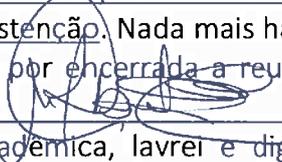
421 instituiu o diploma eletrônico. Questiona se o interessado sabe dessa possibilidade. Sugere
422 deliberarem para isso passe para o CTA. Não tem nenhum impeditivo de norma no âmbito
423 da Reitoria que impeça que isso seja feito pelo CTA. A Assistente Acadêmica esclarece que a
424 primeira via do diploma é solicitada eletronicamente pelo Sistema Júpiter Web, após o
425 mesmo é impresso e registrado para cada aluno formado. Somente o pedido é eletrônico.
426 Para a confecção da segunda via necessita de justificativa, pagamento de taxa, por isso não
427 é eletronicamente. A Sra. Diretora diz para deixarem ver primeiro se já houve essa
428 delegação. Se já houve a delegação seria *bis in idem*. Pelo que foi falado aqui, parece que já
429 tem a delegação. O Prof. Dr. Márcio Henrique Pereira Ponzilacqua entende que a
430 Congregação não é lugar ideal para essa deliberação, até porque é um trâmite que requer
431 agilidade. Lembra que na própria propaganda da USP com relação ao sistema Alumni, o
432 aluno tem acesso ao diploma digital. Estava ouvindo a Radio USP e diz que o aluno egresso
433 pode se inscrever nesse sistema e terá acesso ao seu diploma digital. A Sra. Vice-Diretora diz
434 que farão a verificação dessa delegação. **3. Projetos Acadêmicos Docentes.3.1 Processo**
435 **2019.1.351.89.0 – Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas.** - Aprovação
436 do Conselho de Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas, em 02/05/2019,
437 dos Projetos Acadêmicos dos Professores Alessandro Hirata, Cristina Godoy B. de Oliveira,
438 Márcio Henrique Pereira Ponzilacqua, Maria Paula Costa Bertran Muñoz, Nuno Manuel M.
439 dos Santos Coelho e David Diniz Dantas, fls. 04. - Aprovação “ad referendum”, em
440 03/05/2019, do Projeto Acadêmico do Prof. Sérgio Nojiri, fls. 04. - Parecer da relatora pela
441 Congregação, Profa. Dra. Cíntia Rosa Pereira de Lima, opinando pela aprovação dos
442 respectivos projetos acadêmicos, acompanhando a Comissão Local do DFB e do Conselho
443 Departamental que concluíram pela aprovação, em 07/05/2019, fls. 29-31. Colocado em
444 discussão e votação o parecer da relatora pela Congregação, Profa. Dra. Cíntia Rosa Pereira
445 de Lima, favorável à aprovação dos projetos acadêmicos apresentados pelos docentes do
446 Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas, e não havendo manifestações
447 contrárias, o parecer é aprovado por unanimidade (dezoito membros). O Prof. Dr. Márcio
448 Henrique Pereira Ponzilacqua questiona a falta do nome da Profa. Dra. Maria Paula Costa
449 Betrean Muñoz na relação dos docentes do DFB, sendo que o projeto dela também foi
450 aprovado pelo Conselho do Departamento. A Sra. Vice-Diretora esclarece que faltou a
451 inclusão do nome da Profa. Dra. Maria Paula Muñoz entre os professores do Departamento
452 de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas, mas também está aprovado o projeto dela. **3.2**
453 **Processo 2019.1.350.89.3 – Departamento de Direito Privado e de Processo Civil.** -
454 Aprovação “ad-referendum” do Conselho de Departamento de Direito Privado e de
455 Processo Civil, em 02/05/2019, com base no Relatório das Atividades desempenhadas pela
456 Comissão Local para avaliar os Projetos Acadêmicos Docentes do Departamento de Direito
457 Privado e de Processo Civil, fls. 67. - Parecer da relatora pela Congregação, Profa. Dra. Eliana
458 Franco Neme, opinando pela integral aprovação do Projeto Acadêmico do Departamento de
459 Direito Privado e de Processo Civil da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, em
460 07/05/2019, fls. 69-72. Colocado em discussão e votação o parecer da relatora pela
461 Congregação, Profa. Dra. Eliana Franco Neme, favorável à aprovação dos projetos
462 acadêmicos apresentados pelos docentes do Departamento de Direito Privado e de



463 Processo Civil, e não havendo manifestações contrárias, o parecer é aprovado por
464 unanimidade (dezoito membros). **3.3 Processo 2019.1.352.89.6 – Departamento de Direito**
465 **Público.** - Aprovação dos Projetos Acadêmicos Docentes pelo Conselho do Departamento de
466 Direito Público, em 03/05/2019, com base na aprovação da Comissão Local para avaliar os
467 Projetos Acadêmicos Docentes do Departamento de Direito Público, em 03/05/2019, fls. 72.
468 - Parecer do relator pela Congregação, Prof. Dr. Alessandro Hirata, opinando pela aprovação
469 de todos os Projetos Acadêmicos dos Docentes do Departamento de Direito Público, em
470 06/05/2019, fls. 74-75. Colocado em discussão e votação o parecer do relator pela
471 Congregação, Prof. Dr. Alessandro Hirata, favorável à aprovação dos projetos acadêmicos
472 apresentados pelos docentes do Departamento de Direito Público, e não havendo
473 manifestações contrárias, o parecer é aprovado por unanimidade (dezoito membros). **4.**
474 **Recredenciamento CERT – SUPLEMENTAR. 4.1 Processo 2013.1.303.89.0 – Juliana Oliveira**
475 **Domingues.** Pedido de recredenciamento junto à Comissão Especial de Regimes de Trabalho
476 - CERT, para exercício de atividades simultâneas nos moldes do artigo 23 da Resolução nº
477 7271, de 23/11/2016, apresentado pela interessada, fls. 62-80. - Aprovação do Conselho do
478 Departamento de Direito Público, em 03/05/2019, com base no parecer do Prof. Dr.
479 Gustavo Assed Ferreira, fls. 82. - Parecer do relator pela Congregação, Prof. Dr. Alessandro
480 Hirata, opinando favoravelmente ao pedido de recredenciamento formulado pela
481 interessada. fls. 84. O Prof. Dr. Alessandro Hirata esclarece que é um credenciamento que
482 está para vencer. É um procedimento normal, como tem sido feito de outros docentes. A
483 Profa. Dra. Juliana Domingues atinge todos os requisitos formais. Colocado em discussão e
484 votação o parecer do relator pela Congregação, Prof. Dr. Alessandro Hirata, favorável à
485 aprovação do pedido de recredenciamento apresentado pela interessada, e não havendo
486 manifestações contrárias, o parecer é aprovado por unanimidade (dezoito membros). **4.2**
487 **Processo 2009.1.161.89.6 - Gustavo Assed Ferreira.** Pedido de recredenciamento junto à
488 Comissão Especial de Regimes de Trabalho - CERT, para exercício de atividades simultâneas
489 nos moldes do artigo 23 da Resolução nº 7271, de 23/11/2016, apresentado pelo
490 interessado, fls. 119-134. - Aprovação do Conselho do Departamento de Direito Público, em
491 03/05/2019, com base no parecer do Prof. Dr. Gabriel Loretto Lochagin, fls. 136. - Parecer
492 do relator pela Congregação, Prof. Dr. Alessandro Hirata, favorável ao pedido de
493 recredenciamento formulado pelo interessado, fls. 138-139. O Prof. Dr. Alessandro Hirata
494 diz que, da mesma forma, o interessado atinge todos os requisitos, com base na produção
495 do biênio anterior. O parecer é pela aprovação do pedido de recredenciamento. Colocado
496 em discussão e votação o parecer do relator pela Congregação, Prof. Dr. Alessandro Hirata,
497 favorável à aprovação do pedido de recredenciamento apresentado pelo interessado, e não
498 havendo manifestações contrárias, o parecer é aprovado com dezessete votos favoráveis e
499 uma abstenção. **4.3 Processo 2009.1.33.89.8 - Alessandro Hirata.** Pedido de
500 recredenciamento junto à Comissão Especial de Regimes de Trabalho - CERT, para exercício
501 de atividades simultâneas nos moldes do artigo 23 da Resolução nº 7271, de 23/11/2016,
502 apresentado pelo interessado, fls. 114-132. - Aprovação "ad-referendum" do Conselho de
503 Departamento de Direito Público, em 08/05/2019, fls. 133. - Parecer do relator pela
504 Congregação, Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira, favorável ao pedido de recredenciamento



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DE RIBEIRÃO PRETO
Assistência Técnica Acadêmica

505 formulado pelo interessado, fls. 135-136. O Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira diz que recebeu
506 o processo rapidamente, porque tem que ser aprovado. A CERT informa sempre através de
507 correio eletrônico, com prazo de três meses. Esse é o procedimento que tem adotado. Fez
508 uma avaliação dos indicadores apresentados pelo Prof. Alessandro. Os indicadores são
509 realmente muito bons, não só quanto à carga horária de Graduação, Pós-Graduação,
510 produção científica. Ainda na seara de pesquisa, tem grande orientação de doutorado e
511 mestrado e número mais que suficiente de iniciação científica, engajamento institucional.
512 Assim, opina favoravelmente ao credenciamento solicitado. Colocado em discussão e
513 votação o parecer do relator pela Congregação, Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira, favorável à
514 aprovação do pedido de credenciamento apresentado pelo interessado, e não havendo
515 manifestações contrárias, o parecer é aprovado com dezessete votos favoráveis e uma
516 abstenção. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Vice-Diretora agradece a presença de todos e
517 dá por encerrada a reunião às quinze horas e quinze minutos. Do que, para constar, eu,
518  Márcia Aparecida Cruz de Oliveira Bianco, Assistente Técnica
519 Acadêmica, lavrei e digitei esta Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros
520 presentes à Sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. Ribeirão Preto, dez
521 de maio de dois mil e dezenove.